

MPF pede à Justiça que governo do Pará mantenha medidas de restrições mais rígidas na RMB

A região metropolitana volta para o banderamento vermelho nesta terça-feira (31). – Foto: Roberto Gardinalli/Futura Press/Estadão Conteúdo

Segundo o MPF o estado só deve adotar medida sobre distanciamento social se finalmente cumprir decisão judicial sobre o tema.

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal neste sábado (27) que o governo do Pará seja obrigado a manter as medidas de restrições mais rígidas com banderamento preto nos cinco municípios da região metropolitana de Belém.

Segundo o MPF o estado só deve adotar medida sobre distanciamento social se finalmente cumprir decisão judicial sobre o tema. No último sábado (28) o governo anunciou o fim do lockdown na RMB.

A Região Metropolitana I ficou com bandeiramento preto, com apenas o funcionamento das atividades essenciais, por 15 dias. A medida foi tomada depois do avanço no número de casos confirmados pela Covid-19 na região.

Segundo o MPF, foi a homologação de acordo que obrigou o governo a comprovar que as medidas sobre distanciamento social são tomadas com base em consulta a comitê técnico previsto no plano estadual de contingência da covid-19 e em estudos de instituições de renome. Ainda segundo o MPF a decisão foi desrepeitada.

O acordo entre governo estadual, MPF e Defensoria Pública da União (DPU) foi homologado pela Justiça Federal em junho do ano passado, e desde então vem sendo descumprido várias vezes, alertam procuradores da República. A última vez que foi registrada reunião do comitê técnico foi em julho do ano passado.

O afrouxamento das regras de distanciamento social na região metropolitana, anunciado pelo governo estadual neste sábado, faz parte da série de violações à ordem judicial, frisam membros do MPF de todo o estado. A carência de base técnica em decisões do governo tem sido a regra desde o início da pandemia, critica o MPF.

Dados do sistema de regulação incluídos pelo MPF no pedido à Justiça indicavam que neste sábado 117 pessoas aguardavam em fila por leito, 31 pessoas aguardavam confirmação de reserva de leito, 15 pessoas estavam em situação pendente e outras 15 estavam com leito reservado sem transferência concluída.

Recomendação de lockdown

Órgãos públicos recomendaram aos prefeitos de nove cidades da região Xingu, no Pará, a adoção de imediata suspensão total de serviços não essenciais, devido à situação da Covid-19.

Brasil Novo, Vitória do Xingu, Medicilândia, Uruará, Placas, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio e Porto de Moz dependem do Hospital Regional Público da Transamazônica, em Altamira, para atendimento em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para tratamento de Covid-19. O hospital está sem vagas de UTI. E Altamira entrou em 'lockdown' por causa do aumento de casos.

Por: G1 PA – Belém

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar

até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

<https://www.folhadoprogresso.com.br/enem-universidade-de-coimbrara-facilita-ingresso-de-brasileiros-em-seu-processo-seletivo/>